

Hospitais universitários também fraudam o SUS

■ 'Ressurreições' e 'mortes duplas' surpreendem os auditores

ISRAEL TABAK

É tão fácil fraudar o Sistema Único de Saúde (SUS) que nem hospitais públicos renomados, incluindo os universitários, resistiram à tentação. Pior: o relatório dos auditores do Ministério Público Federal sobre o sistema de saúde no estado do Rio destaca que em alguns tipos de fraude — entre elas, as mais aberrantes, como as dos doentes *ressuscitados* — a maioria dos casos envolve "estabelecimentos públicos ou de ensino médico".

Quando soube que na Fundação Adib Jatene, em São Paulo, haviam sido constatadas 300 fraudes, a primeira reação do ministro da Saúde foi de incredulidade: "Em princípio, custo a acreditar, porque se trata de uma entidade pública", afirmou. Mas se ele tivesse se debruçado sobre as 827 páginas do relatório não teria se surpreendido tanto.

O relatório diz, na página 18, que é "contristador e lamentavelmente grave" que hospitais oficiais e universitários tenham "participação tão relevante" nas fraudes. E ironiza: pode ser "discutível" a capacidade das entidades de formar bons profissionais, mas, sem dúvida, elas estão aptas a criar "legiões de profissionais em condições de perpetrar desvios e atos ilícitos".

Milagre — É difícil selecionar os casos mais absurdos, entre tantos flagrados através da checagem das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH). O Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, por exemplo, internou uma paciente com diagnóstico de tireoidite (AIH 1084014206) e 25 dias depois a mulher morreu. Exatamente um mês depois da morte, a paciente *ressuscitou*, foi *readmitida* no mesmo hospital com *disfunção tireoidiana* e recebeu alta, 15 dias depois. O *milagre* está contado na AIH 1372577019.

Outro milagre médico foi obtido pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade do Esta-

do do Rio de Janeiro. Um doente operado para a correção de uma anomalia congênita no coração teve alta algumas horas depois da cirurgia. Pelo menos segundo a AIH 1600682369. O Ministério da Saúde pagou como se o paciente tivesse ficado internado 15 dias.

O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (Fundão), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não ficou atrás, conforme demonstra a AIH 1308154969. Realizou uma operação de retirada de aneurisma da artéria aorta, com a circulação sanguínea sendo feita fora do corpo — através de tubos

ram pagas, sem qualquer crítica, pelo Ministério da Saúde.

Todas as esferas de poder estão representadas por suas façanhas na investigação do Ministério Público Federal. O Hospital Estadual Pedro II, por exemplo, internou um doente com crise asmática, que morreu dois dias depois. No dia seguinte ao da morte, o hospital *ressuscitou* o paciente que *adoeceu* de novo, desta vez como o diagnóstico de *entero-infecção em lactante*. Mas o *ressuscitado* teve melhor sorte. Oito dias depois ele saiu do hospital com *alta*.

Caixa — A AIH, que é distribuída entre hospitais privados e públicos conveniados com o SUS, remunera pelos atendimentos feitos. No caso das fundações públicas e hospitais universitários, se o dinheiro recebido for oriundo de fraudes, o excedente — aquilo que não foi efetivamente gasto com os pacientes — fica no hospital para fazer caixa. E se os administradores não forem honestos, podem usar esse dinheiro, por exemplo, para comprar superfaturadas, dividindo os ganhos com os fornecedores.

Em relação às fontes de recursos, os hospitais públicos levam uma importante vantagem sobre os particulares. Além do dinheiro das AIHs, eles dispõem de verbas governamentais para pagar seus funcionários e de dotações orçamentárias para sua manutenção. Os hospitais particulares, ao contrário, têm nas AIHs sua única fonte pública de recursos.

Públicos ou privados, no entanto, todos os hospitais apontados como fraudadores estão sendo intimados no inquérito já em andamento pela Polícia Federal. a pedido do procurador da República no estado do Rio, André Barbeitas. Segundo ele, os diretores técnicos dos hospitais, responsáveis legalmente pela emissão das AIHs fraudadas, podem ser processados por estelionato qualificado. Além disso, os hospitais terão de devolver o dinheiro apurado com as fraudes.

No Hospital Estadual Pedro II, um paciente morreu de crise asmática, 'ressuscitou', foi 'tratado' de outra doença e, enfim, foi para casa com 'alta'

plásticos ligados aos vasos principais — e conseguiu mandar o doente para casa no dia seguinte. O Ministério da Saúde paga, para esses casos, 14 dias de internação.

O Hospital Universitário Antônio Pedro, da Universidade Federal Fluminense, conseguiu matar duas vezes, no mesmo dia, um recém-nascido prematuro. Na primeira morte houve necropsia e na segunda ela não foi feita, conforme revelam as duas AIHs (1083655463 e 1263086616).

Também o Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães, da Secretaria Municipal de Saúde do Rio, matou um recém-nascido duas vezes, sem necropsia, no mesmo dia. As duas AIHs (1083844784 e 1083848799), apresentam exatamente os mesmos dados. Mas, como em todos os demais casos, fo-